

## AS CONTROVÉRSIAS NA INTERPRETAÇÃO DO II PND E DO PLANO CRUZADO: UMA ABORDAGEM RETÓRICA

Ramón García Fernández<sup>1</sup>  
Pedro Loyola Jr.<sup>2</sup>  
Ricardo Andrés Cifuentes<sup>3</sup>

### Introdução.

Pretende-se neste artigo efetuar uma análise retórica focalizando duas polêmicas em torno às interpretações de dois planos econômicos que marcaram profundamente a história brasileira recente, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Cruzado. Foram analisados três textos que dizem respeito à primeira dessas controvérsias, e dois a respeito da segunda. Dado o espírito interdisciplinar da proposta (característica que normalmente aumenta as dificuldades de qualquer trabalho intelectual) e considerando-se a escassez de estudos semelhantes, especialmente nos trabalhos de economistas no Brasil, é necessário esclarecer que o texto procura principalmente apresentar alguns caminhos possíveis que podem ser seguidos por este tipo de análises, mas não espera (ainda) chegar em resultados conclusivos; ao contrário, deixa-se explícito no início seu caráter fortemente exploratório.

O trabalho, então, encontra-se estruturado em quatro seções. Inicialmente, discute-se as origens do (renascer do) interesse pela retórica nas ciências humanas em geral e na economia em particular. Posteriormente, na segunda seção é feita uma breve discussão sobre a análise retórica na economia, para proceder, na parte substancial do artigo, com a análise das controvérsias sobre o II PND e o Plano Cruzado (terceira e quarta seções, respectivamente).

### I. Retórica e economia.

A importância da análise retórica em economia vem sendo frequentemente destacada a partir da publicação dos trabalhos pioneiros de D. McCloskey (1983, 1985); intensos debates têm sido travados a respeito de sua relevância, tanto a nível internacional quanto no Brasil<sup>4</sup>, e o significativo crescimento destas polêmicas pode ser considerado como uma medida do interesse despertado por esta proposta.

Sem dúvida, esse "giro retórico" não pretende substituir o conteúdo dos debates sobre economia reduzindo-os a uma análise literária, entre outras coisas porque os participantes nesses debates são em sua grande maioria economistas, não filósofos, linguistas ou críticos literários. O que se pretende neste tipo de abordagem é encontrar as maneiras que os economistas utilizam no intuito de tentar convencer seus interlocutores da validade de suas posições. Isto necessariamente baseia-se numa postura metodológica que supõe que os enunciados dos cientistas são justificados através de raciocínios plausíveis mas cuja certeza não se encontra completamente garantida. Logo, o problema dos cientistas em geral (e dos economistas neste caso particular) não consistiria em demonstrar aos outros a validade de suas conclusões, mas em persuadi-los de que estas são corretas.

Esta visão encontra-se inserida dentro de um movimento maior de revalorização da retórica associado principal mas não exclusivamente à obra do filósofo belga Chaïm Perelman, e

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

<sup>2</sup> Aluno do curso de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq).

<sup>3</sup> Aluno do curso de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq).

<sup>4</sup> Boa parte das contribuições ao debate no Brasil pode ser encontrada em Rego (1996).

converge, ao nosso ver, com outros questionamentos<sup>5</sup> que foram feitos à concepção do mundo que se caracteriza pelo que Philip Mirowski denomina "o vício cartesiano", qual seja, supor que "...o único raciocínio é o raciocínio formal, e o único pensamento é o pensamento consciente..." ao que este autor acrescenta que "...a tradição cartesiana é hostil à idéia de que os processos sociais de argumentação e persuasão possam ter qualquer significado no conhecimento racional, posto que apenas a mente individual pode convencer a si mesma; é também hostil à idéia de que há um componente social inerente ao crescimento do conhecimento..." (Mirowski, 1988, p. 119-120). Nesse sentido, o projeto perelmaniano propõe uma revisão da maneira em que a racionalidade tem sido interpretada na tradição ocidental que representa o berço da economia, o que fundamentaria "...uma nova interpretação de toda a história do pensamento ocidental, dos antigos gregos aos nossos dias. Afinal, reformular o conceito de razão é modificar a imagem que o ocidente faz de si mesmo." (Pessanha, 1989, p.221).

Dentro da perspectiva retórica, a argumentação passa a ser um elemento central. Um exemplo característico da utilização da retórica (por sinal, fonte das reflexões de Perelman) encontra-se nas ciências jurídicas. Nestas, a existência de um corpo formalizado de regras, as leis, só se traduz em resultados práticos quando elas são interpretadas por alguém, destacando-se assim a importância dos elementos subjetivos e da persuasão mesmo quando se trata de raciocínios formais (Anuatti Neto, 1994, p.17). Isso, porém, não significa propor o abandono da razão. Como sugere Pessanha: "Perelman deixa claro: a argumentação está no domínio da razão. De uma razão permeada de concretude e de historicidade, dialógica e não-monológica, mas sempre banhada de logicidade. Não se trata de contrapor à tirania da razão eterna o emocionalismo ou a desrazão. Trata-se de trabalhar a racionalidade aberta e plural expressa nas provas dialéticas argumentativas" (1989, p. 235).

A discussão sobre retórica em economia não tem feito muitas referências explícitas à obra de Perelman embora esteja evidentemente inserida em sua *Weltanschauung*. Mc Closkey (1985, p.6) o menciona como sendo uma das figuras principais na reação contra a teoria do conhecimento modernista, os quais "...vão de filósofos profissionais (Willard Quine, Nelson Goodman, Stephen Toulmin, Paul Feyerabend, Richard Rorty) a uma miscelânea de praticantes-que-viraram-filósofos em química (Michael Polanyi), direito (Chaim Perelman) e crítica literária (Wayne Booth)". Todavia, a partir daí o debate tomou a contribuição de McCloskey como ponto de partida, e muito pouco voltou-se às origens intelectuais anteriores de sua perspectiva<sup>6</sup>.

## 2. A análise retórica de textos econômicos.

O locus clássico do estudo da argumentação proposto por Perelman encontra-se em seu "Tratado da Argumentação" (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1989). Este serviu como marco de referência para a única análise retórica de um texto efetuada no Brasil (que seja do nosso conhecimento), aquela efetuada por Cleofas Salviano Jr. a respeito do artigo "*El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*" escrito por Raúl Prebisch em 1949 numa versão inicial e em 1952 em versão definitiva (Salviano Jr, 1993).

Partindo da contribuição de Salviano Jr, este *paper* pretende fazer uma análise retórica de algumas das principais contribuições a respeito das análises efetuadas de dois dos períodos mais marcantes, e ao mesmo tempo polêmicos, da história econômica brasileira recente: o II PND (1974-8) e o Plano Cruzado (1986). Perceba-se, todavia, que a diferença do trabalho de Salviano Jr., aqui a análise não fica restrita a um texto, senão que pretende analisar simultaneamente diferentes contribuições a um mesmo debate. A única outra tentativa que conhecemos de fazer uma comparação do tratamento dado por diferentes autores a um mesmo assunto encontra-se no

<sup>5</sup> Entre esses questionamentos destacam-se os vinculados à filosofia da ciência pós-positivista, especialmente por Kuhn, Lakatos e Feyerabend, entre outros.

<sup>6</sup> Por exemplo, apenas dois dos onze *papers* publicados na coletânea de Henderson, Dudley-Evans e Backhouse (1993) fazem referência a ele: a introdução escrita a seis mãos pelos organizadores do livro e o de Uskali Mäki.

trabalho de John Swales (1993) comparando tratamentos diferentes do denominado “paradoxo do valor” em seis livros-texto de Economia.

Focalizaremos neste artigo três trabalhos que se voltam à análise do II PND. Inicialmente, consideraremos a obra que provocou uma profunda mudança nas interpretações feitas a respeito da importância deste plano, qual seja, o livro “A economia brasileira em marcha forçada” escrito por Antonio Barros de Castro (Castro e Souza, 1985). Escolhemos este trabalho pois, ao nosso ver, representou um divisor de águas nesta polêmica, pois foi a primeira análise simpática a esse plano elaborada por um economista tradicionalmente vinculado à oposição ao regime militar, e tornou-se referência indispensável para todas as análises a esse respeito elaboradas posteriormente. O segundo texto é o livro “A dívida externa tem solução?”, escrito em 1989 por João Paulo dos Reis Velloso (Velloso, 1990). Este economista comandava a Secretaria de Planejamento do governo Geisel (período no qual foi desenvolvido o II PND) e é considerado o mentor intelectual do plano além de liderar a ala do governo que defendia seu caráter prioritário em oposição a outra corrente (liderada pelo então Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen) que enfatizava a necessidade de um ajuste forte nas contas públicas para o que tornava-se necessário reduzir o ritmo das obras. Na obra escolhida, ao explicar as origens da crise da dívida no fim da década de 80, o ex-ministro Velloso apresenta a interpretação do II PND da perspectiva de um dos seus principais mentores. Finalmente, a terceira obra escolhida, “Repensando a dependência” de Lídia Goldenstein, pode ser considerada uma análise especialmente crítica à visão de Castro feita por uma economista vinculada a instituições que se constituíram em centros intelectuais da oposição ao regime militar (o CEBRAP e o Instituto de Economia da UNICAMP).

Quanto à análise do Plano Cruzado, consideraremos dois textos. Um deles é o artigo escrito por três economistas vinculados à Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, Fernando Holanda Barbosa, Clóvis de Faro e Antonio Salazar Pessoa Brandão intitulado “O reino mágico do choque heterodoxo” (Barbosa, Faro e Brandão, 1989), profundamente crítico ao mencionado plano. O outro texto analisado, “Lições do Plano Cruzado e de outros choques”, foi escrito por Francisco Lopes, economista que desempenhou-se como assessor da Secretaria de Planejamento na época em que dita política foi elaborada (incluído em sua coletânea de artigos Lopes, 1989).

Estes textos serão analisados utilizando o esquema proposto por Salviano Jr (1993) em sua análise do texto de Prebisch, esquema elaborado a partir das propostas de Perelman & Olbechts-Tyteca (1989). O fato de estarmos trabalhando com diversos textos, e as limitações de espaço evidentes na forma literária de um artigo exigem que nosso tratamento das obras focalizadas seja bem mais sucinto daquele que as obras de Perelman e Salviano Jr. recomendariam. Por sua vez, a classificação que se segue tem um caráter tentativo, e não pretende ser uma abordagem exaustiva dos recursos retóricos utilizados pelos autores focalizados; inclusive, como se perceberá a seguir, optou-se por não encaixar todos os textos num mesmo esquema analítico, de modo que a estruturação das análises varia entre as obras focalizadas.

### 3. Abordagem retórica das análises do II PND.

#### **3.1. A Economia Brasileira em Marcha Forçada - Antonio Barros de Castro**

**Condições Prévias da Argumentação:** Perelman lista quatro condições prévias, à saber: 1) a existência de uma linguagem comum; 2) o desejo de o orador de se comunicar; 3) o fato de o orador valorizar a opinião do auditório; e 4) a disposição do auditório de ouvir o orador. Ressaltamos que todas as condições foram preenchidas, visto que o texto foi publicado em 1985, período em que havia um amplo debate na comunidade dos economistas quanto a dívida externa, a inflação e outros aspectos da economia brasileira. Parece claro que Castro queria mostrar ao seu auditório uma opinião diferente das que eram então aceitas sobre o II PND, pois valorizava a opinião do mesmo; analogamente, o prestígio acadêmico do autor garantia o interesse da plateia.

**Meta da Persuasão:** Sua tese considerou que o conjunto de investimentos do II PND conseguiu completar o parque industrial brasileiro, permitindo assim a obtenção sistemática de

superávits na Balança Comercial e viabilizou a reestruturação de todo o setor industrial de maneira a compatibilizá-lo com um perfil de distribuição de renda menos concentrado.

**Auditório:** A comunidade dos economistas, ressaltando-se que a utilização de uma linguagem não formalizada permitiu que o livro atingisse um público leigo instruído.

**Das Principais Premissas:** Destacam-se três fatos relativos às relações da economia brasileira com o exterior nos anos de 1983 e 1984: 1) o déficit de transações correntes, que havia se tornado imenso e virtualmente insustentável, foi drasticamente eliminado; 2) o galopante crescimento da dívida foi praticamente detido; 3) as reservas, que haviam se esvaído em 1982 (e se tornaram negativas em 1983) foram parcialmente reconstituídas. Outro fato essencial que está entre as premissas é que com a crise do petróleo em 1974 a economia brasileira não poderia continuar crescendo da forma como vinha fazendo.

**Escolha e apresentação dos dados:** Um aspecto importante na argumentação de Castro é a sua variação no uso de uma **linguagem de comunhão**, como por exemplo: comecemos, podemos, tratemos, vejamos, como vimos, identifiquemos (p 20, 25 e 45) com uma **linguagem de convicção**, como por exemplo: é evidente, seguramente, sem dúvida, claro (p 25, 27, 29, 32, 40 e 46). Ao mesmo tempo Castro **funda a estrutura do real ao escolher termos** fortes para caracterizar a situação problemática do país em 1974, como por exemplo: "drástica mudança" e "traumática experiência" (p 26).

#### **Técnicas Argumentativas**

a) **A divisão do todo em suas partes:** Em resposta à crise do petróleo, Castro sugere que o governo poderia escolher (segundo a sabedoria econômica convencional) os seguintes caminhos: financiamento ou ajustamento. Castro descarta estas duas hipóteses e sugere assim ao leitor a necessidade de optar pelo restante caminho possível, o redirecionamento da expansão em curso na economia, que possibilitou a continuidade do crescimento.

b) **Argumentos pragmáticos:** O principal procedimento utilizado por Castro para atingir sua meta da persuasão será um **argumento pragmático**, o qual permite apreciar um ato ou acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis. Desta forma, através de uma análise da melhora na Balança de Pagamentos de 1984 do Brasil, que Castro atribuiu ao II PND, o autor procura conseguir uma transferência de valor destes efeitos positivos para o II PND.

c) **Incompatibilidade:** Quanto à análise de Antonio Delfim Netto, secretário do Planejamento do governo Figueiredo, que defendia que (su)a política econômica em 1982 foi responsável pelas mudanças nas contas externas de 1984, Castro demonstra as incompatibilidades desta teoria e reforça sua argumentação atribuindo as mudanças ao II PND.

**Metáfora:** Obviamente, a metáfora central da obra de Castro é a que se encontra no título de sua obra, a imagem da *Marcha forçada*. Com a crise que eclode em 74, determinados setores da economia receberam investimentos acima do que seria considerado normal. Esta metáfora será fundamental na argumentação de Castro, pois ela se traduz na sustentação de taxas de investimento excepcionalmente elevadas no período de crise e num segundo momento, no período recessivo, os resultados da marcha forçada começam a surgir na forma de melhoria do Balanço de Pagamentos.

### **3.2. A dívida externa tem solução? - João Paulo dos Reis Velloso**

**Meta da Persuasão:** O principal objetivo deste autor é demonstrar que a melhor opção para o país com o primeiro choque do petróleo era fazer um ajustamento macroeconômico, evitando assim a recessão e, conseqüentemente, obtendo uma transformação estrutural da sua indústria. Considerando-se que o setor industrial do país, para funcionar, dependia de grandes importações de petróleo e matérias-primas industriais, o crescimento mesmo a taxas moderadas, implicava endividamento elevado, até que se corrigisse o desequilíbrio industrial.

**Auditório:** A comunidade dos economistas, mas há que se observar uma preocupação do autor em fazer chegar seu discurso à toda a sociedade, pois tanto o título do capítulo introdutório do seu livro: "O problema da dívida interessa à sociedade", quanto a utilização de uma linguagem não formalizada indicam esta preocupação do autor. Em outro ponto da introdução isto fica mais

claro, pois Velloso afirma ter evitado o tecnicismo, só o utilizando quando fosse imprescindível (p. 5).

**Principais Premissas:** dois fatos estão entre as premissas de Velloso, o primeiro diz respeito ao impacto direto da crise mundial e suas consequências, quais sejam, a queda violenta das relações de troca e redução das importações dos países desenvolvidos. Isto não apenas inviabilizou o super crescimento, como estourou a dupla vulnerabilidade da economia: a excessiva dependência em relação a importações de derivados de petróleo e de matérias-primas industriais (p. 17). O segundo se refere ao que o autor denomina como “imposto do petróleo” que correspondeu a uma perda anual para o Brasil de cerca de 2,7% do PIB, decorrente do efeito global da crise sobre o balanço de pagamentos no período de 1974/1978 (p. 18). Um valor também compõe as premissas do autor, qual seja, a necessidade de uma mudança na estrutura industrial do país, de forma a atingir uma estrutura equilibrada, objetivando superar a dupla vulnerabilidade já apontada anteriormente (p. 22).

**Lugares:** o principal lugar usado no texto é um lugar de quantidade que poderia ser denominado o lugar do duradouro, ou seja, uma solução que tenha um efeito duradouro (mais tempo) é preferível à uma solução de caráter paliativo (menos tempo). Este lugar do duradouro dá uma sustentação e valoriza os argumentos que defendem o ajustamento como a melhor resposta à crise do petróleo e por outro lado mostra que as outras alternativas não constituíam uma solução definitiva para o desequilíbrio industrial. (p.21;27). Outro lugar que serviu para fundamentar a opção pela reestruturação industrial pode ser visto como um lugar de qualidade que podemos denominar como lugar da oportunidade, em que cada coisa é preferível no momento em que tem maior importância, desta forma, “...se a decisão de reestruturar o País não houvesse sido tomada em 74, como foi, o Brasil teria perdido o trem da história, durante muito tempo” (p. 30).

**Modalidade interrogativa:** a forma interrogativa também é utilizada exaustivamente no texto de Velloso, a começar pelo próprio título de sua obra, e não deixa de ser um apelo à comunhão com o seu leitor, uma forma de dar presença aos objetos do seu discurso, assim como sugerir um acordo implícito sobre esses objetos. Um exemplo claro de **modalidade interrogativa** com **indicação de resposta** está na seguinte passagem: “por que é que os novos programas de investimentos pouco pesaram, diretamente (isto é, do ponto de vista de gastos de divisas externas), no endividamento?” (p.32).

**Escolha e apresentação de dados:** Como a preocupação central do livro de Velloso é o comportamento da dívida externa, ele deu **presença** a determinados elementos que se relacionam com a dívida e que a determinam. Ao analisar se o endividamento foi causado pelo “hiato de recursos reais, representado pela necessidade líquida de importações que tinha o País, acima da parcela financiada por exportações.” (p. 5). O autor deu presença no texto principalmente para o **hiato de recursos** como determinante do ritmo de expansão do endividamento líquido, pois a necessidade de dólares do Brasil “era, principalmente, para sustentar o nível de importações necessário a um mínimo de crescimento. E, por isso, fez a dívida.” (p. 32). Finalmente questiona-se se após “realizada a estratégia de 74, era inevitável o super endividamento, no sentido de incompatível com a capacidade de pagamento do País?” (- p. 45). A resposta de Velloso sugere que se o ajuste de 81 tivesse sido feito em 79 ou 80, o hiato de recursos teria sido muito menor do que o efetivamente ocorrido.

### **Técnicas Argumentativas**

**a) Divisão do todo em suas partes:** A exemplo de Castro, o autor utiliza esta técnica para mostrar quais eram as opções que o governo tinha para responder aos impactos gerados pela primeira crise do petróleo. Ele divide as opções válidas em: ajustamento; recessão e não realização do programa de substituição de importações, colocando todos os esforços nas exportações (p 24-28). Velloso descarta as duas últimas soluções, utilizando-se de técnicas que veremos à seguir, afirmando que o governo optou pelo ajustamento e não pelo financiamento do desequilíbrio, contrariando a sabedoria convencional (- p. 24 e 25).

**b) Definições:** Uma das técnicas essenciais da argumentação *quase-lógica* é a identificação dos elementos que são o objeto do discurso. (Perelman, 1958 - p238). O autor utiliza esta técnica para definir o conceito de ajustamento no contexto da crise do petróleo, para

dissociar esta noção de ajustamento com recessão e para mostrar que esta solução era a alternativa a reduzido crescimento, visto que entre suas premissas estava o fato de que estava inviabilizado o super crescimento. O autor aproveita para redefinir o termo ajustamento: "Há uma tendência para tomar a palavra quase como um sinônimo de ajuste macroeconômico recessivo (....) Tal é a reação quase automática dos economistas de linha conservadora (....) Não é esse o conceito adequado. Ajustamento, no caso, deve ser o conjunto de mudanças .... capazes de deixar o país ajustado à nova situação da economia mundial". (p.21).<sup>7</sup>

c) **Aparência-realidade:** Existia ainda uma quarta opção, sugerida por Celso Furtado, que "seria de esperar" e implicava que "o Brasil adotasse estratégia similar à dos países industrializados importadores desse combustível (petróleo): forçar o aumento das exportações e conter o mais possível as importações" (Segundo Furtado, citado por Velloso - p. 28 e 29). Para Velloso esta seria uma alternativa aparentemente válida, que não seria possível adotar na prática, evidenciando-se aqui o par **teoria-prática**. A teoria de Furtado é desvalorizada, pois é relacionada ao campo do aparente, restando uma valorização da prática, que corresponderia a realidade ( - p. 28 e 29).

d) **Argumentos pragmáticos:** Este tipo de argumento em que é possível apreciar um ato ou acontecimento conforme suas consequências favoráveis ou desfavoráveis, foi exaustivamente utilizado para que Velloso atingisse a sua meta da persuasão e para auxiliar na **divisão do todo em suas partes**, na qual ele desejava demonstrar que a melhor opção que o governo tinha para enfrentar a crise do petróleo era o ajustamento (conforme redefinido por ele). Para atingir este fim são enumeradas diversas consequências desfavoráveis às alternativas que não fossem o ajustamento definido por Velloso. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem: "O "não" à recessão se deveu, antes de tudo, a ser ela um processo economicamente destrutivo e socialmente cruel de ajustamento". (p. 27, aspas do original). Desta forma o autor procura transferir o valor do efeito negativo das consequências para a sua causa, ou seja, para a opção por uma política recessiva, evitando discutir outros motivos que poderiam justificar a adoção desse tipo de medidas.

### 3.3. Repensando a Dependência - Lídia Goldenstein

**Meta da Persuasão:** Já foi frisada anteriormente a importância que tem, para a análise retórica, a identificação da meta do discurso. Quanto a análise que Goldenstein faz do II PND, verifica-se tanto pela **convergência dos argumentos** utilizados, bem como pelas proposições abertamente defendidas, as seguintes metas, quais sejam: a) quanto a coerência e lógica interna do plano, a autora sugere que ele era inviável por ser contraditório: "o plano, por si só, já continha suficientes elementos desestabilizadores. Sua proposta trazia implícito um novo equilíbrio entre o Estado, o capital privado nacional e o capital privado estrangeiro incompatível com o padrão de financiamento"( p. 120). Além disso, Goldenstein utiliza cita quatro barreiras fundamentais ao II PND, "que o comprometiam inexoravelmente" (p 78); b) quanto à importância do plano no quadro atual da economia (isto é, no momento em que a autora escreve), sua meta é provar que o plano é responsável pela crise da economia brasileira, bem como pela posição tecnológica atrasada do país e pelo aprofundamento dos laços de dependência (p 76, 86 e 96).

**Auditório:** a identificação do público é fundamental na análise retórica, visto que a construção da argumentação ocorre em função das crenças e inclinações deste; a argumentação se propõe a agir sobre ele, modificando as suas convicções ou as suas disposições por meio de um discurso que visa ganhar a sua adesão. Goldenstein valorizou a opinião dos colegas que participaram do processo de discussão que deu origem ao *Repensando*. Estes economistas e cientistas sociais em geral que colaboraram assim com o livro representam parcela significativa do público que a autora pretendeu influenciar com seu discurso. O público-alvo de *Repensando* se

<sup>7</sup> Note-se que nessa mesma frase ele aproveita para enfatizar que não é um economista conservador, distanciando-se da imagem que talvez poderia ser-lhe atribuída por sua condição de ministro num governo militar.

concentra nas instituições científicas com as quais a autora tem vínculos, principalmente o CEBRAP e o Instituto de Economia da UNICAMP, nas quais a autora encontrou um público interessado nas questões da dependência dos países periféricos, em especial o Brasil (p. 7). Ao defender suas idéias nestas instituições, a autora estava procurando convencer não só os participantes dos debates ali travados, como também aqueles que não tinham acesso às atividades dessas instituições, mas poderiam ter afinidades políticas com as posições características desses centros de pesquisa. Portanto, o conjunto de leitores do livro e os economistas das instituições já citadas formam o público-alvo que Goldenstein pretende influenciar com a sua argumentação<sup>8</sup>.

#### **Principais Premissas:**

**a) premissas relativas ao preferível - valores:** o valor mais importante apontado pela autora seria a necessidade de um Estado forte. Partindo desta premissa que servirá de fundamento à sua argumentação e contando com a adesão de seu público-alvo, Goldenstein analisará o papel do Estado no período do II PND. Pretendendo aumentar a adesão do público à tese de que a crise brasileira se deve ao II PND, *Repensando* avalia que o Estado brasileiro criou a força que não possuía ao recorrer ao financiamento externo (p 66). Goldenstein utiliza a dissociação **aparência-realidade** aplicando-a à dicotomia Estado forte versus Estado fraco para dar ênfase o lado considerado real, no caso o Estado fraco. Outro aspecto da argumentação deste texto, é a transmissão de valores de Goldenstein para o público, numa tentativa de infundir no leitor a idéia de um Estado forte como principal estratégia para preservar o dinamismo e garantir a continuidade do desenvolvimento nacional. Para isto ela utiliza vários procedimentos retóricos, que caracterizaram a convergência dos argumentos em defesa deste valor. Outro **valor** importante que está entre as premissas de *Repensando* é a necessidade de centralizar capitais para construir uma estrutura sólida de financiamento de longo prazo. (p 63 e 66).

**b) Premissas relativas ao preferível - lugares:** um lugar de qualidade está entre as principais premissas de *Repensando*: a idéia de que a análise das questões estruturais é preferível à das conjunturais. Na introdução do livro a autora prepara seu público quanto ao objeto do seu estudo e faz uma breve resenha dos debates sobre a economia brasileira ocorridos a partir da década de 60. Goldenstein situa e dá **presença** através da repetição e ênfase relativa nas questões estruturais na avaliação destes debates. Veja-se, por exemplo, as seguintes passagens acerca dos mesmos: "Quando, na segunda metade dos anos 70, são retomados certos temas "estruturais", com a discussão da dívida externa e do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o são fortemente influenciados pelo passado recente, no qual o Brasil aparentava ter superado alguns problemas básicos" e quando nos anos 80, eclode a crise, "a análise sobre os caminhos e descaminhos da economia brasileira fica circunscrita ao curtíssimo prazo, às políticas econômicas do dia-a-dia" sendo que "as questões estruturais, como o déficit público e a abertura da economia, quando surgiam, eram vistas estritamente do ângulo da conjuntura, como instrumentos de política antiinflacionária" (p 19). No final da década de 80, as questões estruturais "são retomadas pelos setores mais conservadores, que, com um diagnóstico neoliberal, imputam ao Estado todas as mazelas do país, propondo sua redução radical" (p 20). E finalmente a proposta do livro é "tentar retomar certas questões estruturais abandonadas desde há muito tempo"... (p. 20) sem querer com isso negar a importância das questões conjunturais, pois considera "que esses problemas, isolados de uma discussão estrutural, acabam perdendo sua devida perspectiva. Assumem um caráter "técnico", despolitizado, sendo apresentados como mera questão de "bom senso", de "racionalidade" quando, na verdade, são problemas absolutamente dependentes, subordinados às determinações estruturais mais profundas" (p. 21).

**c) Metáforas:** também uma metáfora tem papel central na construção da argumentação da autora, a idéia de "ilusão". Em *Repensando* a metáfora "ilusão" foi utilizada em diversos argumentos para: 1) Demonstrar que os sucessivos anos de crescimento tinham criado a **ilusão** de que a relação do país com o capitalismo internacional restringia-se a uma questão de gestão

<sup>8</sup> Embora o público não esteja perfeitamente delimitado, é claro que a autora não se dirige a um auditório universal. Por exemplo, ela não pretende discutir se a dependência existe e é um problema, este é seu ponto de partida.



contábil do Balanço de Pagamentos, sem outras conexões mais relevantes com a acumulação de capital; 2) Diminuir a adesão do seu público quanto às teorias que defendiam que o Estado tinha um alto grau de autonomia quando concebeu o II PND e quanto à idéia de que o PAEG havia montado um padrão de financiamento novo e eficiente; 3) Infundir no leitor a idéia de que a confusão entre padrão de financiamento e sistema financeiro, na comunidade dos economistas, criou a **ilusão** de que seria na órbita do sistema financeiro que se construiriam as bases de financiamento da expansão capitalista.

d) **Premissas relativas ao real - fatos:** Um fato esta entre as premissas de Goldenstein, ou seja, "o cerne da crise encontra-se na estrutura de financiamento da economia brasileira" (p 57). Este fato tem uma relação com a preocupação de Goldenstein em mostrar a confusão feita entre sistema financeiro e padrão financeiro, pois são as articulações neste último as que irão definir a capacidade do país acumular capital. Outro ponto fundamental na argumentação de Goldenstein, é a **dissociação das noções** de sistema financeiro e padrão financeiro, conceitos que são usados equivocadamente como sinônimos pelos economistas (p 21, 58, 60, 87 e 88). Para reforçar a idéia de que sistema financeiro e padrão financeiro eram coisas diferentes, Goldenstein recorre ao procedimento de **incluir a parte no todo**, no caso o sistema financeiro faz parte do padrão de financiamento. O sistema financeiro de uma país "...é uma das peças de seu padrão de financiamento, apenas um entre seus vários elementos constitutivos com os quais não deve ser confundido"(p 60). Outro aspecto interessante quanto ao padrão de financiamento é a **presença** que Goldenstein lhe dá na sua argumentação, através da **repetição** de sua **definição** (p 58, 60 e 93). Somente num contexto argumentativo seria necessário ficar lembrando o leitor dessa definição. Este aspecto é importante na argumentação de Goldenstein, pois ela associa a acumulação de capital ao padrão de financiamento, desta forma para atingir suas **metas** precisa reforçar a idéia de definição do padrão de financiamento, e suas relações/identificações com os outros setores da economia.

#### 4. Abordagem retórica das análises do Plano Cruzado.

##### **4.1. O Reino Mágico do Choque Heterodoxo - Barbosa, Faro e Brandão.**

**Auditório e condições prévias de argumentação:** deve existir em qualquer texto persuasivo uma linguagem comum entre o auditório e o orador. Dado que os autores, durante o texto, fazem constantes referências a termos e teorias econômicas, valendo-se também de uma linguagem formal, localizam-se aí elementos que direcionam o artigo para um público acadêmico e não-leigo. Por sua vez, o uso que os autores fazem de premissas amplamente aceitas por uma parcela do público acadêmico mas não pela totalidade do auditório, tais como a teoria microeconômica neoclássica e a teoria quantitativa da moeda, mostra que os autores não se dirigem à totalidade da comunidade dos economistas. Ao mesmo tempo, o fato dos oradores valorizarem a opinião do auditório pode ser verificado pelo uso que eles fazem de ditas premissas.

**Meta da persuasão:** o objetivo do texto analisado é convencer o auditório de que o Plano Cruzado fracassou devido a um erro de concepção. Este erro, segundo os autores, consiste na concepção de que a inflação brasileira seria de natureza 100% inercial. Isso levou a uma despreocupação com a política fiscal e com a coordenação das políticas fiscal e monetária. Isso pode ser verificado por convergência de argumentos, onde, para efeito de ilustração, pode ser colocada a seguinte passagem do texto: " Reduzir a inflação inercial, possivelmente trazendo a inflação para uma taxa em torno de 20% ao ano, ou pouco menos, e não acertar as contas do governo equivale a criar expectativas de maiores inflações futuras." (p. 83).

##### **Principais premissas**

A crítica feita ao Plano Cruzado pelos autores está baseada quase que completamente em um **fato**. Este consiste na consideração de que os economistas do governo fizeram um diagnóstico de inflação como sendo 100% inercial (p. 76). É a partir desta premissa que os autores constroem sua argumentação. Os autores efetuam uma **identificação entre conceitos** (que é um tipo de



**argumento quase-lógico com técnica de identidade completa**), através da qual são colocados de forma equivalente os conceitos de inflação 100% inercial e taxa de inflação como um passeio aleatório ou *random-walk* (p. 76). Os autores recorrem então a formalização do raciocínio de forma matemática através de uma equação.

Complementarmente a este raciocínio, faz-se menção aos problemas referentes à falta de preocupação que os formuladores do Plano teriam apresentado em relação ao déficit público e à falta de coordenação entre as políticas monetária e fiscal (p. 78). Estes dois elementos podem ser considerados um **valor** (ou seja premissas relativas ao preferível); isso por que muitos economistas atribuem grande importância a esses dois elementos dentro de um contexto de estabilização econômica. Os autores desenvolvem um novo raciocínio matemático compreendendo os dois elementos anteriormente citados, onde concluem que uma sequência de déficits associada a uma política monetária apertada leva a uma maior taxa de inflação no futuro (pag. 79).

As cláusulas de indexação nos contratos são colocadas como um **fato**, a partir do qual os autores consideram razoável admitir a existência de uma componente inercial na inflação brasileira (pag. 80). Porém o esforço dos autores aponta justamente no sentido contrário da afirmação, ou seja, seu esforço visa demonstrar que a componente inercial não tem grande importância na composição da inflação. Os autores consideram a componente inercial da inflação como a maior do ponto de vista quantitativo, e utilizando um raciocínio formalizado matematicamente eles demonstram essa hipótese. Porém, utilizam um **mecanismo de atenuação**, separando as óticas quantitativas e qualitativas, dando uma maior importância para esta última. Este procedimento está evidenciado na seguinte afirmação: "... o fato da componente inercial ser maior do ponto de vista quantitativo não significa, necessariamente, que ela é a mais importante".

Outro **fato** que recebe destaque dos autores é a diferença existente entre os métodos de conversão de salários e de aluguéis, baseados na legislação utilizada na época. Faz-se então a comparação entre estes métodos de forma matemática e os autores concluem que houve transferência de renda entre locatários e locadores, o que chega a ser considerado como um erro técnico (p. 104).

A questão do déficit público é constantemente mencionada pelos autores, sendo considerado que este "foi tratado com muito descaso quando da implantação do Plano Cruzado." (p. 108). Segundo eles havia uma concepção entre os formuladores do Plano Cruzado de que o déficit público era nulo, figurando isso também como um **fato**. Na avaliação dos oradores o pacote fiscal de dezembro de 1985, serviu para reforçar a visão dos economistas do governo. Porém este pacote não atingiu os objetivos e isso aparece na argumentação como outro **fato**. Os oradores atribuem o insucesso desse pacote ao espírito das medidas adotadas, que almejavam apenas conviver com a inflação, diminuindo o seu efeito sobre as receitas, sem eliminar porém o déficit. Ocorre então um procedimento de **escolha de dados**, onde são apresentadas seis medidas do pacote e são criticadas duas, exatamente as duas medidas que visavam conter o efeito da inflação sobre a arrecadação, enquanto as outras quatro medidas são postas em planos de importância menores.

Os autores chegam a afirmar que mesmo dentro da hipótese de que a inflação fosse 100% inercial, a tentativa de estabilização não teria sucesso. Eles desenvolvem esse raciocínio baseados em premissas que eles apontam também como **fatos**, quais sejam o choque salarial e a defasagem dos preços que acabaram provocando excesso de demanda o que resultou em âgio, escassez e maquiamento de produtos.

Posteriormente, ao se referirem ao empréstimo compulsório do conjunto de medidas conhecido como Cruzadinho, os autores analisam a relação entre este e o nível de preços, uma vez que o governo havia determinado que dito empréstimo fosse excluído do cálculo do índice de preços ao consumidor. Os autores colocam duas **verdades** (premissas relativas ao real) para analisar essa questão: a equivalência do empréstimo compulsório a um imposto indireto e a existência de critérios de expurgo do índice de preços em economias indexadas (p. 114). Objetivando demonstrar a equivalência do empréstimo compulsório a um imposto indireto, os autores partem da hipótese de que o dinheiro seria realmente devolvido acrescido de juros iguais aos da caderneta de poupança. Todavia, eles consideram que outros investimentos tinham rendimentos melhores do que os da caderneta de poupança, tendo isto o status de **fato**. A

seqüência da argumentação é feita através de uma **regra de justiça**, pois considera-se que o consumidor poderia ter ganhos maiores com outras aplicações. Conclui-se então, que houve uma perda e que esta perda equivaleria a um imposto indireto, ocorrendo aí uma **identificação entre conceitos**. Além disso, os autores colocam a questão do compulsório sob outra ótica, considerando sua implantação como equivalente a um choque de oferta, ocorrendo então mais uma **identificação entre conceitos**. Eles argumentam que "numa economia indexada os choques de oferta (...) deveriam ser expurgados dos índices de preços usados nos contratos de indexação, pois tendo a sociedade como um todo tornado-se mais pobre em consequência dos choques, as remunerações reais dos diferentes fatores de produção teriam de ser reduzidas para se ajustarem a nova realidade econômica" (p. 117). Em seguida, os autores concluem que o empréstimo compulsório deve ser considerado um imposto indireto de impossível dimensionamento posto que o empréstimo seria compensado com cotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, mas devido à inexistência de um mercado para essas cotas este imposto equivaleria a um choque de oferta.

Ao tratar da política monetária implantada pelo Plano Cruzado, os autores partem de uma premissa relativa ao real considerada como **verdade**, que consiste na teoria quantitativa de moeda, sendo esta premissa a que fundamentará teoricamente a argumentação dos autores. Dentro desse contexto, os autores apresentam outra premissa: "A concepção heterodoxa *a la* brasileira do processo inflacionário não atribui à quantidade de moeda nenhuma função ativa no processo inflacionário. A política monetária passiva ajustaria a quantidade de moeda às necessidades da economia para manter o nível de pleno emprego" (pg. 122), ou seja, os autores consideram que a política monetária do Plano Cruzado era passiva. A partir daí eles concluem que após o choque deveria ocorrer uma expansão da quantidade de moeda, pois a liquidez real da economia aumentaria, uma vez que a taxa nominal de juros declinaria em virtude da taxa de inflação haver diminuído. Esta premissa é colocada como uma **verdade**, afirmando-se que "Não há divergência entre os economistas de diferentes escolas quanto ao fato de que num programa de estabilização bem sucedido, a liquidez real da economia aumenta" (p.122). Os autores utilizam então a **modalidade interrogativa** questionando sobre o que ocorreria caso não se expandisse a quantidade de moeda (pag 122) e respondem esta pergunta a partir da hipótese de que o choque tenha congelado os preços e revertido as expectativas inflacionárias, afirmando que essa não expansão causaria recessão.

Os autores abordam também a possibilidade de ocorrer uma monetização excessiva, considerando que assim os preços subiriam. Eles afirmam que a inflação só poderia alcançar zero caso o déficit público a ser financiado por moeda fosse zero, constituindo isto mais uma **verdade**. E completam a análise relembando o mencionado fato que afirma que isso não ocorreu no Plano Cruzado (p. 125). Os autores utilizam exemplos para demonstrar que houve um aumento da liquidez na economia, esses exemplos são a subida acentuada dos índices das Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo e o ágio do dólar no mercado paralelo.

Outro fato que forma parte das premissas dos autores e para o qual eles procuram uma explicação é o da diminuição dos depósitos de poupança no período do Cruzado. Com esse intuito são elaboradas duas hipóteses, sendo que a primeira explicaria que essa diminuição ocorreu devido à existência de ilusão monetária, pois os indivíduos confundiriam rendimentos nominais com rendimentos reais. A outra hipótese propõe que a diminuição ocorreu em virtude de que para os indivíduos a taxa de juros relevante é a taxa de juros antecipada e não a taxa real *ex-post*. A primeira hipótese é descartada restando a segunda hipótese, cuja validade fica demonstrada através da técnica argumentativa da **divisão do todo em suas partes**. Eles também apresentam dados que demonstram o aumento de liquidez na economia pela expansão monetária em M4. Concluem que sua discussão de política monetária "...mesmo que a inflação brasileira fosse um fenômeno 100% inercial (...) a política monetária que eles colocaram em prática se encarregaria de destruir o Plano Cruzado" (pg. 130).

O congelamento de preços é criticado pelos autores a partir de uma fundamentação apoiada na perspectiva da teoria microeconômica neoclássica que sugere que os mercados convergem ao equilíbrio. Contextualizando o congelamento nesta teoria, os autores sustentam que essa medida gerará aparecimento de ágio, sendo esta uma premissa relativa ao real, no caso uma **verdade**. Para exemplificar isso, é apresentado como fato a situação do mercado de automóveis,

no qual os veículos novos tiveram seus preços congelados, enquanto os automóveis usados não, o que acabou fazendo com que os usados valessem mais do que os novos pois estes últimos eram vendidos com ágio.

Ao tratar da situação do setor externo, aponta-se como fato da maior relevância a redução dos níveis das reservas; para explicar isso são apresentadas hipóteses que explicam a redução dos níveis das reservas, utilizando-se uma técnica de **divisão do todo em suas partes**. Os autores afirmam que as causas para isso poderiam ser externas ou internas. As possíveis causas externas apresentadas são a diminuição do ritmo da atividade econômica mundial, que é descartada com a apresentação de dados referentes a esta hipótese. Outra hipótese externa é o choque adverso de preços no mercado internacional e as mudanças nas taxas de juros no mercado financeiro externo, porém são apresentados dados que demonstram que a situação era favorável ao Brasil. Os autores concluem que a queda das reservas internacionais não pode ser creditada a fatores externos. A hipótese apresentada como válida é a de que essa queda deve-se ao congelamento da taxa de câmbio e ao superaquecimento da economia.

Ao finalizar o trabalho os autores apresentam as suas conclusões. Eles consideram que o Plano Cruzado fracassou devido a um erro de concepção, associado ao problema da não solução do déficit público, à adoção do congelamento de preços, à situação de desequilíbrio nos preços relativos devido a adoção de diferentes sistemas de conversão, ao desalinhamento das tarifas públicas e à descoordenação entre políticas monetária e fiscal.

**Outras técnicas argumentativas:** é importante ressaltar outros elementos retóricos utilizados pelos autores.

a) A linguagem utilizada em muitas passagens do trabalho é uma **linguagem de convicção**.

b) Os autores criticam os economistas inercialistas; todavia, todas as (relativamente escassas) referências às posições e pensamentos destes não se centra nos trabalhos acadêmicos dos mesmos, limitando-se exclusivamente a materiais jornalísticos (declarações à imprensa publicadas em meios de comunicação de massa).

c) Quanto à **apresentação de dados**, todos eles apoiam as premissas dos autores. Chama a atenção que embora os autores repitam constantemente a relação entre déficit público e inflação, criticando a política fiscal do governo, não apresentem dados relativos ao déficit público.

## 4. 2. Lições do Plano Cruzado e de Outros Choques - Francisco Lopes

**Meta da Persuasão:** neste texto Francisco Lopes tenta convencer o auditório de que o fracasso do Plano Cruzado foi causado por problemas conjunturais e não por problemas de concepção. Essa meta pode ser detectada de forma explícita quando o autor propõe uma análise das causas que conduziram a tentativa de estabilização econômica ao fracasso na seguinte afirmação: "...é claro que ninguém pode negar que o plano foi mal administrado; não obstante, vale a pena examinar se houve também algum defeito de concepção." (p. 63). Nesta sentença Lopes propõe uma análise das causas do fracasso do Plano Cruzado no sentido de verificar se houve ou não um erro de concepção.

**Auditório:** o texto não é dirigido para um público especificamente acadêmico. O autor utiliza em sua argumentação raciocínios de fácil acesso ao público instruído em geral, os que não exigem uma sólida formação em economia, acrescentando alguns exemplos para facilitar a compreensão. Lopes narra algumas tentativas de estabilização econômica, utiliza tabelas de fácil visualização e não recorre a raciocínios matemáticos complexos. Portanto, o texto procura atingir um público mais amplo que inclui tanto o auditório leigo com o auditório com formação em ciências econômicas.

### Análise da Argumentação.

Francisco Lopes inicia o texto chamando a atenção para a controvérsia que existe na análise das causas que motivaram o fracasso do Plano Cruzado. Segundo ele, "não há (...) consenso sobre as razões do fracasso do plano" (p. 63). O autor considera evidente que o Plano

Cruzado fracassou devido a uma pressão excessiva na demanda gerada pelo próprio plano e que acabou comprometendo as exportações. Esta colocação apresentada é um **fato**. Lopes considera que a crise cambial ocorrida no Plano Cruzado, onde as reservas em moeda estrangeira desceram a níveis preocupantes foi o que forçou ao descongelamento considerado por ele abrupto e desorganizado. Isto também integra a estrutura real da argumentação de Lopes, constituindo um **fato**. A existência do gatilho salarial é considerada pelo autor como uma bomba de efeito retardado, utilizando-se nesse caso uma **metáfora** com o objetivo de facilitar a visão do autor sobre o gatilho salarial, sendo isso uma **argumentação que funda a estrutura do real**.

O autor prossegue sua argumentação apresentando seis programas de estabilização econômica em seis diferentes países nos quais o problema de inflação era considerado crônico: Argentina, Brasil, Peru, Bolívia, México e Israel. Nessa apresentação o autor coloca os elementos de política econômica aplicados em ditos países elaborando a partir daí uma estrutura argumentativa sobre a qual o autor construirá a sua argumentação visando atingir a sua meta da persuasão.

O primeiro caso analisado pelo autor é o Plano Austral, aplicado na Argentina em junho de 1985. Aqui Lopes destaca a utilização do congelamento durante o plano argentino. Segundo ele, houve um segundo congelamento que foi parcial e mal instrumentalizado, o que acabou provocando uma nova elevação inflacionária. É interessante notar que Francisco Lopes narra essa parte do plano de estabilização argentino criticando o segundo congelamento, porém ele não se refere a outros aspectos do programa ou às medidas anteriores. Isto faz parte da sua estratégia argumentativa, pois o que lhe interessa é colocar o fracasso desse plano como consequência de uma medida de política econômica, no caso um congelamento parcial e mal implementado, adotada durante a execução do plano, o que o eximiria da existência de erros intrínsecos à sua elaboração. Esta colocação é apresentada ao auditório como um **fato** e é um dos elementos que o autor busca na realidade para construir sua estrutura argumentativa e aplicá-la à análise do Plano Cruzado.

Em seguida, Lopes faz uma análise dos elementos de política econômica que compunham o Plano Cruzado. Segundo o autor, a crise cambial, o desabastecimento e o gatilho salarial provocaram um novo aumento na inflação, colocações apresentadas como **fatos**.

O terceiro plano de estabilização fracassado analisado por Francisco Lopes é o Plano Inti, aplicado no Peru em agosto de 1985. Ele apresenta a situação deste país naquela época, colocando o dado de que aquela economia apresentava um alto grau de dolarização ocorrendo então uma indexação informal. Ele coloca também que não ocorreu naquele país uma reforma monetária, sendo apenas introduzida uma tabela de deflatores. O congelamento no Peru, segundo Lopes, estava apresentando resultados, porém quando foi posto em marcha um descongelamento progressivo, a inflação voltou a acelerar-se. Ocorreu neste país uma crise cambial, provocando uma desvalorização no câmbio, o que acabou convergindo para a reaceleração do processo inflacionário. Outro motivo que contribuiu para a volta da inflação no Peru, segundo o autor, foi um reajuste de preços e salários feito pelo governo, o que resultou em uma inflação tão elevada que chegou a ser considerada hiperinflação. O descongelamento progressivo, a crise cambial e o reajuste de preços e salários são apresentados na estrutura argumentativa de Francisco Lopes como premissas relativas ao real com caráter de **fatos**.

O primeiro caso de sucesso de um programa de estabilização econômica que Francisco Lopes analisa é o caso da Bolívia. O autor expõe o programa de estabilização daquele país colocando o dado de que a situação econômica da Bolívia naquela época era de hiperinflação, onde os preços estavam praticamente indexados ao dólar. Portanto, a estabilização, segundo Lopes, foi feita de maneira rápida através da fixação da taxa de câmbio. O governo boliviano elevou a taxa de câmbio oficial ao nível da taxa de câmbio do mercado livre e manteve-a fixa através de leilões de dólares. O programa de estabilização econômica da Bolívia elevou o preço da gasolina a fim de elevar a receita fiscal e cortou os gastos públicos ao nível que a receita fiscal permitia. Somou-se a essas medidas a contenção de emissão monetária e um maior controle sobre os gastos públicos com o objetivo de não desvalorizar a taxa de câmbio. Com a descrição desses pontos do plano de estabilização econômica boliviano, Francisco Lopes enfatiza a importância da chamada âncora cambial assim como a necessidade de controle de gastos públicos e da emissão

monetária, afirmações estas que desempenham o papel de **verdades** dentro da estrutura argumentativa que o autor está elaborando.

Um outro caso de sucesso estudado no artigo é o caso mexicano. O autor apresenta esse plano de estabilização econômica expondo seus principais pontos, ou seja, o congelamento da taxa de câmbio, a liberalização do comércio exterior e um rígido controle dos gastos públicos. É importante ressaltar que Francisco Lopes deixa explícito que uma avaliação definitiva do plano mexicano é precipitada, pois na época o plano ainda estava em sua fase de maturação. Porém, Lopes utiliza para a construção de sua estrutura argumentativa os pontos deste plano que foram citados anteriormente como medidas necessárias para o sucesso de um plano de estabilização, ou seja, o congelamento da taxa de câmbio, a liberalização do comércio exterior e a austeridade fiscal, aos quais lhe confere o status de **verdades**.

Ao apresentar o programa de estabilização israelense, Francisco Lopes o coloca como paradigma de estabilização econômica. Ele expõe os pontos deste paradigma: um choque heterodoxo, um prolongado congelamento da taxa de câmbio, congelamentos curtos de preços e salários, austeridade fiscal e sustentação política. Lopes destaca ainda que a economia israelense apresentava um alto grau de dolarização devido a esta economia ser uma economia de pequeno porte, logo com necessidade de ser uma economia aberta e portanto uma economia mais familiarizada com o uso da moeda americana. Outro ponto destacado por Francisco Lopes são as medidas de incentivo à poupança adotadas pelo programa de estabilização israelense. O autor levanta ainda o caso da ajuda norte americana recebida por Israel na forma de empréstimo a fim de garantir o financiamento do déficit público israelense. Outro ponto que Lopes destaca no plano israelense é a utilização de um gatilho salarial, porém com uma configuração diferente do gatilho salarial brasileiro quanto a reposição da inflação nos salários. Na exposição do plano de estabilização econômica israelense, Francisco Lopes recolhe elementos que constituirão a sua estrutura argumentativa, sendo estes elementos os pontos que ele apresenta como paradigma do modelo de estabilização, ou seja, o choque heterodoxo, o congelamento da taxa de câmbio, preços e salários, a austeridade fiscal e a sustentação política, dando-lhes características argumentativas de **verdades**; o autor destaca também como um **fato** importante a configuração do gatilho salarial israelense.

O conjunto de premissas relativas ao real que Francisco Lopes reuniu em suas exposições formará a estrutura real da argumentação do autor. Essa estrutura será confrontada com o Plano Cruzado e a partir daí o autor argumenta de forma a atingir a sua meta da persuasão. A partir de uma comparação dentro da estrutura construída, Lopes conclui que o Plano Cruzado falhou devido a uma série de fatores, os quais são listados a seguir: a) o gatilho salarial utilizado no Plano Cruzado dava reposição total da inflação quando esta chegava a 20%, enquanto o gatilho israelense dava reposição de 80% da inflação quando esta chegava a 4%; na visão do autor isto implicava, no caso brasileiro, na retomada da inflação inercial; b) ainda dentro do contexto comparativo entre estes dois países, Lopes enfatiza a diferença das condições políticas existentes entre Israel e Brasil, posto que como seus governos chegaram ao poder de diferentes formas, isto implicava em diferentes estruturas de sustentação política; c) segundo Lopes, a política monetária brasileira foi afrouxada devido a situação fiscal do país não ser crítica, além do que no Brasil ter-se-ia aumentado também o total dos empréstimos ao setor privado; em contraposição, no caso israelense, o financiamento do déficit teve o auxílio do empréstimo norte americano ao mesmo tempo em que ocorreu uma queda nos empréstimos ao setor privado. Em suma, a conclusão de Francisco Lopes é que o Plano Cruzado falhou devido a uma pressão excessiva da demanda, pressão esta gerada pela política monetária frouxa e por medidas de inspiração populista na área salarial, ou seja, o gatilho salarial e os abonos.

Como pode ser verificado, os elementos que Lopes utilizou para atingir sua meta da persuasão consiste em estruturar um **argumento quase-lógico**, através do qual tenta demonstrar que houve países nos quais o choque heterodoxo, embrião teórico do Plano Cruzado, teve sucesso; logo, se em outros lugares tal sucesso não foi atingido, isso deve ser explicado por problemas que independem da natureza teórica dos planos heterodoxos. Ou seja, o Plano Cruzado falhou devido a problemas de administração e de aplicação originados basicamente por problemas de ordem política e não por problemas de concepção.

## Conclusão.

A principal conclusão do trabalho é, em certa medida, a reafirmação de um *parti-pris*, a idéia de que em economia (e em qualquer uma das ciências humanas) o espaço da demonstração, embora existente, é limitado. Nos seus trabalhos, os economistas procuram convencer seu auditório de que suas posições são corretas, e para isso precisam recorrer a um arsenal (valha a metáfora) retórico que ultrapassa o teorema e o silogismo. Quanto à análise ora apresentada, talvez seja interessante propor que os limites de uma análise intra-texto são muito fortes. Algumas poucas observações feitas em nosso *paper*, e o exemplo da obra de Salviano Jr (1993) mostram a necessidade de enriquecer a análise retórica com observações que vinculem o texto com referências externas, especialmente quanto à postura teórica de seus autores. Todavia, isso não implica substituir a discussão retórica (metodológica) pela discussão de teoria, o que significaria por exemplo em nosso caso nos posicionarmos sobre qual é a análise mais adequada dos períodos focalizados; o importante, talvez, seja destacar que a discussão metodológica, abandonada a procura quimérica d' O Método adequado à ciência, deva se aproximar crescentemente da teoria econômica e da história desta.

## Bibliografia.

- ANUATTI NETO, Francisco (1994). Persuasão Racional em Keynes: uma Aplicação de Retórica em História das Idéias Econômicas. Tese de Doutorado, FEA/USP.
- BARBOSA, Fernando Holanda, Clóvis de FARO & Antonio Salazar Pessoa BRANDÃO (1989). "O reino mágico do choque heterodoxo". In BARBOSA, Fernando Holanda & Mário Henrique SIMONSEN, orgs. Plano Cruzado: inércia x inépcia. Rio de Janeiro: Globo.
- CASTRO, Antonio Barros de & Francisco Eduardo Pires de SOUZA (1985). A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOLDENSTEIN, Lidia (1994). Repensando a dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HENDERSON, Willic, Tony DUDLEY-EVANS & Roger BACKHOUSE, orgs (1993). Economics and Language. London & New York: Routledge.
- LOPES, Francisco (1988). O desafio da hiperinflação. Rio de Janeiro: Campus.
- MCCLOSKEY, D. N. (1983). "The Rhetoric of Economics". Journal of Economic Literature, 21 (2): 481-517.
- (1985). The Rhetoric of Economics. Madison: The University of Wisconsin Press.
- MIROWSKI, Philip (1988). "Shall I compare thee to a Minkowski-Ricardo-Leontief-Metzler Matrix of the Mosack-Hicks Type? (Or Rhetoric, Mathematics and the Nature of Neoclassical Economic Theory)". In KLAMER, Arjo, Donald McCLOSKEY & Robert SOLOW, orgs. The consequences of economic rhetoric. Cambridge & New York: Cambridge University Press, p. 117-45.
- PERELMAN, Chaim & Lucie OLBRECHTS-TYTECA (1989) [1958]. Tratado de la Argumentación. Trad. Julia Sevilla Muñoz. Madrid: Gredos.
- PESSANHA, José Américo Motta (1989). "A teoria da argumentação ou nova retórica". In CARVALHO, Maria Cecília (org): Paradigmas filosóficos da atualidade. Campinas: Papirus, p.221-47.
- REGO, José Márcio, org. (1996). Retórica na economia. São Paulo: Edições 34.
- SALVIANO JR., Cleofas (1993). O Discurso Cepalino: Ensaio de Análise Retórica. Dissertação de Mestrado, IPE/USP.
- SWALES, John M. (1993). "The paradox of value: six treatements in search of the reader". In HENDERSON, DUDLEY-EVANS & BACKHOUSE(1993), p.223-39.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis (1990). A dívida externa tem solução?. Rio de Janeiro: Campus.